GUIA DO CANDIDATO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO AO CÂNCER

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2019

NÚCLEO DOCENTE ASSISTENCIAL ESTRUTURANTE DO PROGRAMA
DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo
Campus Universitário s/n – Monte Alegre
CEP 14048900 – Ribeirão Preto-SP

PRESIDENTE DA COREMU HCRP – Profa. Dra. Lilian Neto Aguiar Ricz

COORDENADOR DO PROGRAMA- Prof. Dr. Leandro Dorigan de Macedo

MEMBROS DO NÚCLEO DOCENTE ASSISTENCIAL ESTRUTURANTE DO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISISONAL EM ATENÇÃO AO CÂNCER

DO HCFMRP-USP

2018

Membros do Núcleo Docente Assistencial Estrutural	
Titular	**Suplente**
Profa. Dra. Helena Megumi Sonobe Área: Enfermagem	Profa. Dra. Thais de Oliveira Gozzo Área: Enfermagem
Profa. Dra. Juliana Fernandes Pavoni Área Profissional: Física Médica	Dr. Leonardo A Santos Área Profissional: Física Médica
Profa. Dra. Lilian Neto Aguiar Ricz Área Profissional: Fonoaudiologia	Ms. Telma Kioko Takeshita Área Profissional: Fonoaudiologia
Prof. Dr. Leandro Dorigan de Macedo Área Profissional: Odontologia	Profa.Dra. Lara Maria A. Ramos Innocentini Área Profissional: Odontologia
Dra. Laura Martins Valdevite Pereira Área Profissional: Farmácia	Ms. Gustavo Marin Arado Área Profissional: Farmácia
Profa. Dra. Elaine Caldeira de Oliveira Área Profissional: Fisioterapia	Profa. Dra. Débora Bevilaqua Grossi Área Profissional: Fisioterapia
Profa. Dra. Paula Garcia Chiarello Área Profissional: Nutrição	Ms. Juliana Maria Faccioli Sicchieri Área Profissional: Nutrição
Profa. Dra. Marysia M.R. Prado De Carlo Área Profissional: Terapia Ocupacional	Prof. Dr. Leonardo M. Kebbe Área Profissional: Terapia Ocupacional

SUMÁRIO

1. DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA 3

2. DO PROCESSO SELETIVO 4

2.1 Modelo do curriculum vitae 5

3. DOS RECURSOS 7

4. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL 7

5. REFERÊNCIAS SUGERIDAS 7

7. DA MATRÍCULA 15

8. INÍCIO DAS ATIVIDADES 15

1. DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

O Núcleo Docente Assistencial Estruturante do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção ao Câncer do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo abre as inscrições para o Processo Seletivo para o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção ao Câncer, para o período letivo de 2020/2022 conforme aprovação dos Ministérios da Saúde e da Educação.

Seu objetivo é capacitar profissionais da área da saúde para prestar assistência oncológica, seguindo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Oferecendo capacitação técnica, humanística e ética para a atuação ao câncer, integrando o ensino-serviço-comunidade, visando favorecer a inserção qualificada de profissionais da saúde no mercado de trabalho para mudanças nos processos de formação, de atenção e de gestão na saúde.

A Residência Multiprofissional do HCFMRP-USP constitui modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, de ensino em serviço, regulamentada pela Lei Federal n.º 11.129/2005, pela Portaria Interministerial MEC/MS nº. 1.077/2009 e pelas normas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional (CNRMS).

A Residência Multiprofissional foi aprovada pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), pela COREMU do HCFMRP-USP e pelo seu atual Núcleo Docente Assistencial Estruturante (NDAE).

A presente seleção será regida pelas normas constantes deste Guia do Candidato e pelo edital.

Serão oferecidas, no ano de 2020, 23(vinte e três) vagas com bolsas dos Ministérios da Saúde e da Educação, distribuídas conforme o quadro abaixo:

Área Profissional	Vagas	Duração
Enfermagem	4	2 anos
Farmácia	2	2 anos
Física Médica-Medicina Nuclear	1	2 anos
Física Médica-Radioterapia	2	2 anos
Fisioterapia	2	2 anos
Fonoaudiologia	4	2 anos
Nutrição	2	2 anos
Odontologia	4	2 anos
Terapia Ocupacional	2	2 anos
Total	**23**	

A Residência Multiprofissional será desenvolvida em 02 (dois) anos, de 02 de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2022. A carga horária será de 60 horas semanais, sendo 48 horas distribuídas em atividades práticas e 12 horas de atividades teóricas.

Os residentes receberão uma bolsa mensal dos Ministérios da Saúde e da Educação no valor de R$ 3.330,43 (três mil, trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos), pelo período de 24 meses, a partir do início das atividades na residência. A admissão do candidato no Programa não configura vínculo empregatício. Além dos direitos garantidos pela Portaria MS nº. 1.111, de 5 de Julho de 2005, aos Residentes serão assegurados:

. Tratamento médico no HCFMRPUSP durante o período de Residência;
. Refeições no HCFMRPUSP, Unidade de Emergência;
. Férias anuais de 30 dias;
. 1 dia de folga semanal, conforme escala organizada pelos preceptores e tutores das áreas profissionais.

2. DO PROCESSO SELETIVO

Poderão candidatar-se à Residência Multiprofissional, profissionais de Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional, que atenderem aos pré-requisitos específicos do Edital do processo seletivo.

A inscrição deverá ser feita pela Internet, no site www.hcrp.usp.br.

O simples agendamento do pagamento da taxa de inscrição não é suficiente para sua efetivação. Ela só será consolidada após o pagamento da taxa de inscrição.

O processo seletivo será único para as diversas áreas profissionais e será composto de duas fases, mediante confirmação da compensação bancária.

Primeira fase – Exame escrito

O exame teórico escrito, elaborado pelo Núcleo Docente Assistencial Estruturante da Residência Multiprofissional, será dividido em três partes: 1.Parte geral transversal-SUS (10 questões iguais para os programas de Atenção ao Câncer e Urgência e Emergência); 2.Parte geral comum da área de concentração (10 questões iguais para todas as áreas profissionais do programa de Atenção ao Câncer); 3.Parte específica de cada área profissional (20 questões). Todas as questões serão de múltipla escolha, com quatro alternativas, das quais apenas uma deverá ser assinalada.

O exame teórico escrito terá duração total de 4 (quatro) horas, estando incluído neste período o tempo necessário para o preenchimento do cartão-resposta.

Segunda fase – Arguição do curriculum vitae

Somente serão considerados para efeito de avaliação os itens devidamente comprovados por documentos entregues no prazo definido pelo edital. Nenhuma atividade poderá ser pontuada mais de uma vez.

Os candidatos são responsáveis pela veracidade e autenticidade dos documentos comprobatórios, e na eventual identificação de fraude, o candidato será eliminado do processo seletivo, sem prejuízo de outras cominações legais.

Se o candidato necessitar de declaração de participação, deverá solicitar o documento à Comissão de Seleção no dia da seleção.

2.1. Modelo do curriculum vitae

O curriculum vitae **deverá** ser encadernado e elaborado segundo o modelo de itens a seguir, respeitando a sequência apresentada. Na avaliação curricular, os títulos serão valorados de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observados os seguintes critérios:

Atividades	Pontuação máxima
1. Estágios extracurriculares: apresentar declaração assinada emitida pela instituição em papel timbrado. **Não serão aceitos estágios obrigatórios para a conclusão do curso de graduação**. **Para se caracterizar estágio é imprescindível a apresentação de convênio firmado entre as Instituições de Ensino.** Carga horária registrada de, no mínimo, 30 horas. (0,25 a cada 30 horas completas, independente do número de estágios)	1,0
2. Estágios extracurriculares na área de oncologia: apresentar declaração assinada emitida pela instituição em papel timbrado. **Não serão aceitos estágios obrigatórios para a conclusão do curso de graduação**. **Para se caracterizar estágio é imprescindível a apresentação de convênio firmado entre as Instituições de Ensino.** Carga horária registrada de, no mínimo, 30 horas. (0,25 a cada 30 horas completas, independente do número de estágios)	1,0
3. Formação em Curso de Especialização, reconhecidos por órgãos competentes (pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas), com apresentação do certificado de conclusão timbrado e assinado. (0,5 ponto por curso)	0,5
4. Formação no Programa de Aprimoramento Profissional, reconhecidos por órgãos competentes (pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 1.900 horas), com apresentação do certificado de conclusão timbrado e assinado. (1,0 ponto por curso)	1,0
5. Iniciação Científica: apresentar documentação comprobatória (declaração da instituição, não serão contabilizados trabalhos de conclusão de curso). **.Só serão contabilizados como Iniciação Cientifica os casos em que a declaração seja assinada por órgão representativo da Instituição de Ensino em que a atividade foi realizada.** **.Não serão aceitas declarações assinadas por professores, ou orientadores apenas.** **.Comprovação de recebimento de bolsas através de agências de fomento também será aceita.** (0,5 ponto por Iniciação Científica)	1,0
6. Participação em ligas acadêmicas, monitorias institucionais e representação discente junto aos colegiados e comissões institucionais, ligados à área de formação. (0,5 ponto por atividade)	1,0
7.Participação em atividades de extensão Universitária (extracurricular) (0,5 por ano de participação na atividade)	1,0
8. Comunicação em evento científico (pôster ou oral). (0,25 ponto por apresentação ou painel)	1,0
9. Participação em cursos e eventos na área de formação profissional (graduação), com carga horaria mínima por curso de 20 horas, certificado emitido pela instituição promotora do evento, em papel timbrado. (0,25 ponto para cada evento)	0,5
9. Artigo científico aceito ou publicado em periódico indexado. (0,5 por artigo)	1,0
10. Perfil do Currículo	1,0
Total	**10,0**

3. DOS RECURSOS

Serão desconsiderados pela Comissão de Seleção questionamentos enviados fora do prazo ou que não estiverem devidamente fundamentados, bem como encaminhados de forma diferente da estabelecida no Edital.

A Comissão de Seleção constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais. Os pontos relativos às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova. Se houver alteração, por força de impugnações, de item integrante do gabarito, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

4. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

A classificação final será calculada pela soma dos pontos obtidos nas duas fases da seleção conforme fórmula a seguir:

(Exame escrito X 0,7) + (Arguição do curriculum vitae X 0,3)

5. REFERÊNCIAS SUGERIDAS

5.1-Referências Parte Geral Transversal-SUS[1]

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes%20_cuidado_pessoas%20_doencas_cronicas.pdf

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Caderno 1 - Assistência segura: uma reflexão teórica aplicada a prática. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/category/manuais

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo- se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/leis/outras-relevantes/portaria_-_politica_nacional_de_atencao_hospitalar_-_ministerio_da_saude.pdf

BRITO-SILVA, K.; BEZERRA, A.F.B.; TANAKA, O.Y. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. *Interface (Botucatu)* [online]. 2012, vol.16, n.40, pp. 249-60. Epub Apr 19, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832012000100019&script=sci_abstract&tlng=pt

MALTA, D.C.; SILVA JR, J.B. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão**.** *Epidemiol. Serv. Saúde* [online]. vol. 22, n.1, p. 151-64, 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000100016

MATTOS, R.A. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. *Interface (Botucatu)* [online]. 2009, vol.13, supl.1, pp. 771-80. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500028

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev. Saúde Pública, v.35, n.1, p.103-9, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102001000100016&script=sci_abstract&tlng=pt

5.2-Referências SUS Parte geral Comum da Área de Concentração[1]

Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva [Internet]. 2017. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/estimativa/2018/estimativa-2018.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 12.732, de 23 de Novembro de 2012. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12732.htm#art5

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Rastreamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,

Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 95 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_primaria_29_rastreamento.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013. Institui a política nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0874_16_05_2013.html

BRASIL. Ministério da Saúde. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Estado de São Paulo. Secretaria de Estado de Saúde. Direitos do paciente com câncer. Disponível em: www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/orientacoes-gerais-sobre-saude/direitos-do-paciente-com-cancer

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação. Manual de bases técnicas da Oncologia – SIA/SUS - Sistema de informações ambulatoriais. Oncologia. 22ª Edição. Maio de 2016. 141p. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/manual_de_bases_tecnicas_oncologia.pdf

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Disponível em: http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/resolucao-rdc-n-220-de-21-de-setembro-de-2004

HOFF, M.G et al. Tratado de Oncologia. Ed. Atheneu, 2v., 2012.2860 p.

SANTOS, M. et al. (Orgs). Diretrizes Oncológicas - 2ª Edição. 2. ed. SP: Doctorpress. Editora Científica, 2019. v. 1. 844p. Disponível em: https://diretrizesoncologicas.com.br/

---

1 Sugere consultar as portarias interministeriais disponíveis em www.saude.gov.br.

5.3-Referências Específicas das Áreas Profissionais

Enfermagem

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem:** uma ferramenta para o pensamento crítico. 7ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARROS, A.L.B.L.; Lopes, J.L. A Legislação e a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Revista Enfermagem em Foco,1(2):63-65, 2010. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/17/18

BONASSA, E.M.A.; GATO, M.I.R. **Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos.** 4a.Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/caderno-5

FONSECA, R.P.; COELHO, O.F.L. **Emergências clínicas brasileiras:** urgências oncológicas no Pronto-Socorro. Atheneu: Rio de Janeiro, 2012.

GATES, R.A.; FINK, R.M. Segredos em enfermagem oncológica: respostas necessárias ao dia-a-dia. 3th ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOZZO, T. O. et al. Notificação de extravasamento de agentes quimioterápicos em um hospital universitário. **Ciência, Cuidado e Saúde** (ONLINE), v. 17, p. 1-7, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/37258/pdf

HERDMAN HEATHER T.; KAMITSURU, S.(Orgs). **Diagnósticos de enfermagem da NANDA**: definições e classificação 2015-2017. Trad. Regina Machado Garcez ; revisão técnica: Alba Lucia Bottura Leite de Barros [et al.] NANDA Internacional. Porto Alegre: Artmed, 2015, 10ª. ed., e-PUB.

HOFF, M.G. et al. **Tratado de Oncologia.** Ed. Atheneu, 2v. 2012. 2860 p.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. 2. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2016. 114p.: il. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/DDiretrizes_para_o_Rastreamento_do_cancer_do_colo_do_utero_2016_corrigido.pdf

_____. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2015. 168 p.: il. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//diretrizes_detecc ao_precoce_cancer_mama_brasil.pdf

JARVIS, C. **Exame Físico e avaliação de saúde para Enfermagem.** 6a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 880 p.

LOPES, A.; CHAMMAS, R.; IYEYASU, H. **Oncologia para a graduação**. 2a. ed. São Paulo: Tecmedd, 2008. 740p.

MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J.C. **Alexander:** Cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 1280 p.

RIBEIRO, J.J.R. **Coloproctologia:** princípios e práticas. 2a ed. Atheneu, 2011. 249 p.

SANTOS, M. et al. (Orgs). Diretrizes Oncológicas - 2ª Edição. 2. ed. SP: Doctorpress. Editora Científica, 2019. v. 1. 844p. Disponível em: https://diretrizesoncologicas.com.br/

SMELTZER, S.C.; BARE, B.C. Brunner & Suddarth Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011. 2404p. 2V.

Farmácia

ALMEIDA, J. R. C. Farmacêutico em Oncologia, uma Nova Realidade. 3ª Ed, São Paulo: Atheneu, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 565 de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução/CFF nº 288 de 21 de março de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 640 de 27 de abril de 2017. Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 623/2016, estabelecendo titulação mínima para a atuação do farmacêutico em oncologia.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência nacional de vigilância sanitária. Resolução - RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 36 de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *RDC nº. 67, de 08 de outubro de 2007.* Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias.

BRASIL. Ministério da Saúde. NR-32 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Brasília, 2005.

BRUNTON, L.L.; CHABNER, B.A.; KNOLLMAN, B.C. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

FERRACINI, F.T.; BORGES-FILHO, W. M.; ALMEIDA, S.M. Atenção à Prescrição Médica. 1ª Ed. São Paulo, 2014.

STORPIRTIS, S.; MORI, A.L.P.M.; YOCHI, A.; RIBEIRO, E.; PORTA,V. - Ciências Farmacêuticas - Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, 489 pag.

GOMES, M.J.V.M. Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar. Editora: Atheneu, 2001.

Física Médica

EISBERG, R.; RESNICK, R. Física Quântica, Átomos, Moléculas, Sólidos, Núcleos e Partículas. Ed. Campus, 1978.

CNEN - NN. 3.01 Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, 2014

BUSHBERG, J. T. The essential physics of medical imaging. Philadelphia Lippincott Williams & Wilkins, 2002.

CHERRY, S.R.; SORENSON, J.A; PHELPS, M.E. Physics in Nuclear Medicine. Philadelphia: Saunders, 2003.

KNOLL, G. F. Radiation detection and measurement. 2 ed. New York, NY: John Wiley & Sons, 1989 ATTIX, F. H. Introduction to radiological physics and radiation dosimetry. New York, NY: Jonh Wiley & Sons, 1986.

HALL, E.J., Radiobiology for the Radiologist, Lippincott Williams & Wilkins Publishers, 5th Ed., 588p, 2000.

JOHNS, H.N.; CUNNIGHAN, J.R. The physics of radiology. Charles C. Thomaz Publisher, Illinois, USA, 1983.

KHAN, F. M.: The physics of Radiation Therapy, Lippincott Williams & Wilkins, Baltimore, EUA, 2003

ATTIX, F.H. Introduction to radiological physics and radiation dosimetry. John Wiley & Sons, New York, 1986

Fisioterapia

CAMARGO M, MARX A. Reabilitação Física no Câncer de Mama. São Paulo. Roca, 2000.

GUIRRO, E.C.O.; GUIRRO, R.R.J. Fisioterapia Dermato Funcional – Fundamentos, Recursos e Patologias. 3. ed. São Paulo: Ed. Manole, 2004, 560 p.

MAGEE, D.J. Avaliação musculoesquelética. 3ª edição. São Paulo: Ed. Manole, 2002.

NEUMANN, D.A. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético. Guanabara Koogan, RJ,2006.

O´SULLIVAN, S.; SCHMITZ, T,J. Fisioterapia Avaliação e Tratamento, 4a edição. Editora Manole, 2004.

Best practice for the management of Lymphedema. Disponível em: https://www.lympho.org/portfolio/best-practice-for-the-management-of-lymphoedema/

Fonoaudiologia

COSTA, M.; CASTRO, L.P. Tópicos em Deglutição e Disfagia. Rio de Janeiro, Medsi, 2003.

JOTZ, G.P.; CARRARA-DE ANGELIS, E.; BARROS, A.P.B. Tratado da deglutição e disfagia – no adulto e na criança. Rio de Janeiro, Revinter, 2009.

MARCHESAN, I.Q.; SILVA, H.J., TOMÉ, M.C. (orgs) Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2014.

Nutrição

MONTEIRO, JP: CAMELO JÚNIOR, J.S. Caminhos da Nutrição e Terapia Nutricional: da concepção à adolescência. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CARDOSO, M.A. Nutrição e Metabolismo. Nutrição Humana. 1 ed. Koogan, 2006.

Guia alimentar para a população brasileira, Ministério da Saúde, 2014.

Resolução RCD 63 de 06 de julho de 2000:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2000/rdc0063_06_07_2000.html

SHILS, M.E; OLSON, J.A & SHIKE, M. Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na doença; 10º edição. Manole. 2009.

VANNUCCHI, H; MARCHINI, JS (org.) Nutrição e Metabolismo. Nutrição Clínica. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FISBERG, RM; SLATER, B; MARCHIONE, DML; MARTINI, LA. Inquéritos nutricionais – métodos e bases científicos. Ed. Manole, 2005.

TIRAPEGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. São Paulo: Ed. Atheneu, 2º ed., 2006.

MOREIRA, E. A. M. e CHIARELLO, P. G. Nutrição e Metabolismo. Atenção Nutricional. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

DIEZ-GARCIA, RW; CERVATO-MANCUSO, AM;. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro Guanabara Koogan. 2017.

PHILLPPI, ST. Pirâmide dos alimentos fundamentos básicos da nutrição. Barueri Manole: 2014.

TIRAPEGUI, J; MELO, CM; RIBEIRO, SML. Avaliação Nutricional Teoria e Prática. Rio de Janeiro: 2018.

CUPPARI, L. Guia de Nutrição Clínica no adulto. Manole, Barueri: 2019.

CUPPARI, L. Nutrição nas doenças crônicas não-transmissíveis.2009.

WEFFORT, V.R.S.; LOPES, L.A. Avaliação Antropométrica e Nutricional. In: Weffort, V.R.S.; Lamounier, J.A. Nutrição em Pediatria: De Neonatologia à Adolescência. Barueri: Manole, 2009. Pg.83 a 105.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Serviço de Nutrição e Dietética. Consenso nacional de nutrição oncológica / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação, Serviço de Nutrição e Dietética; organização Nivaldo Barroso de Pinho. – 2. ed. rev. ampl. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2015. 182p.

NAVARRO, A; JAPUR, C; SICCHIERI, JMF; CHIARELLO, PG; DIEZ-GARCIA, RW. Atualidades em alimentação e nutrição hospitalar. Rio de Janeiro, 2017.

MAHAN, L.K.; RAYMOND, J.L. Krause's food and nutrition care process. 14ª Ed. Elsevier, 2017.

Odontologia

ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. São Paulo: Artes Médicas. 2002. 188p.

ANDRADE, E.D.; RANALI, J. Emergências Médicas em Odontologia. 3ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2011. 170p.

LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Tradução de Izabella de Jesus Pasolini e col. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 605p.

NEVILLE, B.W.; DAMM, D.D. et al. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 972p.

MORAIS, T. M.; SILVA, A. Fundamentos da Odontologia em Ambiente Hospitalar /UTI, 1ª ed. Elsevier Brasil, 2015

PETERSON L.J. et al. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro:Guanabara-Koogan, 2000. 720p.

RIBEIRO, I.L.A; VALENÇA, A.M.G; FERRETI, P.R. Odontologia na Oncologia Pediátrica. 2ª. Ed. Bilíngue. Ed. Idéia. João Pessoa, 2018. 223p.

VARELLIS ML. O paciente com necessidades especiais na Odontologia – Manual prático; 2ª edição; Ed. Santos, 2017. 498p.

Terapia Ocupacional

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION, AOTA. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3. ed. traduzida. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. 2015; 26 (ed. especial). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26iespp1-49>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BARROZO, B. M., RICZ, H. M. A., DE CARLO, M. M. R. P. Os papéis ocupacionais de pessoas com câncer de cabeça e pescoço. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. , v.25, p.255 - , 2014.

BIGATAO, M. R., CARLOTTI JR., C. G., DE CARLO, M. M. R. P. Qualidade de vida e sintomas de ansiedade e depressão em pacientes com tumores cerebrais primários. Jornal Brasileiro de Psiquiatria (UFRJ. Impresso). , v.63, p.33 - 38, 2014.

BOTEGA, N.J (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2 ed. Porto Alegre: Artmed editora, 2006.

CAVALCANTI, A.; Galvão, C. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2007.

DE CARLO, et al. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares. Prática Hospitalar, ano VIII, Nº 43, Jan-Fev, 2006

DE CARLO, M,M.R.P., KUDO, A.M. (org.) Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos, SP, Ed. Payá, 2018, 448p.

DE CARLO, M.M.R.P., LIMA NKC. Cuidados Paliativos. In: Lopes AC. Tratado de Clínica Médica. Rocca, 2015. p.2466-2477.

GOMES, G. A interconsulta de Terapia Ocupacional no Hospital Geral: Um convite feito há mais de 10 anos. Revista do CETO, ano 12 - n° 12,2010

HANNICKEL,S., ZAGO,M.M.F. BARBEIRA, C.B.S., SAWADA, N.O. O comportamento dos laringectomizados frente à imagem corporal. Revista Brasileira de Cancerologia, 2002, 48(3): 333-339.

KÜBLER – ROSS, Elisabeth. Sobre a morte e o morrer. S.P.: Martins Fontes, 1998.

MORAIS, L.V A Terapia Ocupacional no Hospital Geral: Um Espaço para a Saúde. Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional, São Paulo: 2001, ano 06, n.06 p 9- 13.

OLIVEIRA, E. A. ; VOLTARELLI, J.C.; MASTROPIETRO, Ana Paula ; SANTOS, MA. Intervenção junto à família do paciente com alto risco de morte. Medicina, Ribeirão Preto, v. 38, n. 01, p. 69-73, 2005.

OTHERO, M. B.(org.) Terapia Ocupacional – Práticas em Oncologia. Ed. Roca, SP, 2010, 414p.

PESSINI, L; BERTACHINI, L. (org.) Humanização e Cuidados Paliativos. Ed do Centro Universitário São Camilo e Ed. Loyola, 2006, 319p.

PITTA, A.M.F. Hospital: dor e morte como ofício, 4ªed, SP, Hucitec, 1999, 199p.

Publicações HumanizaSUS - http://www.redehumanizasus.net/publicacoes

UCHÔA-FIGUEIREDO, L.R. & NEGRINI, S.F.B.M. (org.). Terapia Ocupacional: Diferentes Práticas no Hospital Geral. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2009.

VENDRUSCULO-FANGEL LM., PANOBIANCO MS, KEBBE LM, ALMEIDA AMD, GOZZO TDO. Qualidade de vida e desempenho de atividades cotidianas após tratamento das neoplasias mamárias. Acta Paul Enferm. 2013, 26(1): 93-100.

6. DA MATRÍCULA

Todos os candidatos aprovados deverão, obrigatoriamente, efetuar sua matrícula. Para tanto, deverão assinar contrato padrão de matrícula, ou documentação equivalente, no dia 23 de janeiro de 2020, das 10:00hs às 14:00hs junto ao Centro de Recursos Humanos do HCFMRPUSP/ Setor de residências (Avenida Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, Ribeirão Preto, São Paulo).

7. INÍCIO DAS ATIVIDADES

A recepção dos residentes ocorrerá no dia 02 de março de 2020 no Centro de Educação e Aperfeiçoamento Profissional em Saúde do HCFMRP-USP-CEAPS.